



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2018
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	Segurança Alimentar e Nutricional e vulnerabilidade em municípios do Território Rural Litoral no Rio Grande do Sul
<b>Autor</b>	NATANY MEREGALLI SCHREIBER
<b>Orientador</b>	GABRIELA PEIXOTO COELHO DE SOUZA

## Segurança Alimentar e Nutricional e vulnerabilidade em municípios do Território Rural Litoral no Rio Grande do Sul

Natany Meregalli Schreiber<sup>1</sup>, Gabriela Coelho-de-Souza<sup>1,2</sup>

<sup>1</sup>Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional, <sup>1,2</sup>Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346/2006) previu a implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) como um processo opcional ao município, por meio do Decreto nº 7.272/2010. Em decorrência dessa opcionalidade, o grande desafio da política pública de SAN, na década de 2010, voltou-se para a implementação do sistema nos municípios. No caso do Rio Grande do Sul, até 2018, apenas 7, do total de 497 municípios, aderiram ao SISAN. Como forma de contribuir no processo de implementação da política, o Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional (OBSSAN), em parceria com a Secretaria de Educação a Distância da UFRGS e o Colegiado de Desenvolvimento do Território Rural Litoral (CODETER Litoral), desenvolveu metodologia de sensibilização dos municípios do Território, os quais encontram-se no Mapa de Insegurança Alimentar da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo analisar a condição atual, os desafios e as principais demandas para a implantação da SAN nos municípios em vulnerabilidade no Território Rural Litoral. A metodologia constou de pesquisa intervenção em duas etapas, sendo a primeira uma visita à prefeitura para organização de um seminário municipal sobre a temática, e a segunda a realização de uma oficina sobre as ações e desafios que o município vem realizando e enfrentando na implementação da SAN. Ao longo das etapas foi realizada observação participante, cujos dados foram analisados por meio de análise de conteúdo. Os resultados das oficinas foram sistematizados e analisados quantitativamente. No Território Rural Litoral 12 municípios encontram-se em situação de vulnerabilidade, sendo que todos sediaram a realização dos seminários municipais de SAN. Dentre as ações de SAN que os municípios já realizam, foi salientada a presença da atuação da vigilância sanitária, qualificação da alimentação escolar e a realização de feiras. Os desafios dos municípios em realizarem a SAN foram centrados, principalmente, na falta de políticas públicas, dificuldades na certificação e aquisição de produtos da agricultura familiar, acessos precários para o escoamento de produção, urbanização da zona rural e falta de investimento público na estruturação de cooperativas assim como na fiscalização. Dentre as ações que os municípios devem planejar para realizar SAN estão, principalmente, a criação dos conselhos municipais de SAN, capacitação de agentes, qualificações de profissionais na área, parcerias com agentes de ATER e políticas públicas que fomentem a agricultura familiar e a agrobiodiversidade. Os municípios que foram sensibilizados para o processo de implantação do SISAN no Território Litoral passaram a ter o respaldo da Câmara Temática de Segurança Alimentar e Nutricional, em parceria com o OBSSAN, para dar continuidade ao processo. Avalia-se que os municípios estão realizando ações em SAN, mesmo que estas não estejam articuladas a um Plano municipal de SAN; seus principais desafios e demandas centram-se na construção de um sistema alimentar sustentável bem concatenado, a partir de iniciativas bastante fortalecidas existentes, como a Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (RedeCoop). Assim, a conexão entre a política territorial e a política de SAN permitiu que a operacionalização dessas políticas ocorresse por meio da conexão da governança municipal com a governança territorial, fortalecendo os processos de implementação do SISAN em nível municipal, podendo ter reais impactos no enfrentamento da vulnerabilidade social nos municípios. (CNPq, SESAN)